

Geo Energética Participações S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
acompanhadas do relatório do auditor independente

Ref.: Relatório nº 26473-101-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 - 3º andar,
Sala 311 - Gleba Palhano, Londrina (PR)
Brasil
T +55 43 3306-1047
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Geo Energética Participações S.A.
Londrina – PR

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Geo Energética Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Geo Energética Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

(i) Ativo imobilizado – ausência de laudos de vida útil e de informações sobre a conclusão das construções

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado no ativo imobilizado o montante de R\$ 94.991 mil (consolidado), substancialmente composto por instalações (planta de biogás). Entretanto, a administração da Empresa não apresentou laudos técnicos ou estudos formais que suportassem a determinação e/ou revisão das vidas úteis econômicas dos referidos ativos nem as datas em que os mesmos estavam concluídos para o uso pretendido pela administração (para fins de início do registro das respectivas despesas de depreciação), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Consequentemente, não nos foi possível determinar, através de procedimentos alternativos de auditoria, os possíveis ajustes e itens de divulgação (se houver) nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em virtude da citada limitação.

(ii) Investimentos em sociedades coligadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis, a Geo Energética Participações S.A. mantém, em 31 de dezembro de 2025, investimento em sociedade coligada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo valor contábil reflete o reconhecimento integral do passivo a descoberto incorrido pela investida. A sociedade coligada Raizen-Geo, integrante do Grupo Raizen, ingressou com pedido de recuperação extrajudicial, atualmente em trâmite. Tal circunstância evidência a existência de incertezas relevantes quanto à continuidade operacional da investida, bem como quanto à recuperabilidade de seus ativos e à liquidação de seus passivos no curso normal de seus negócios. Em razão do estágio atual do processo de recuperação e da inexistência, até a data deste relatório, de um plano de recuperação aprovado e homologado, pelas partes competentes, não é possível determinar e/ou estimar de forma confiável, os potenciais impactos dessa situação sobre o valor contábil do investimento, sobre a mensuração dos passivos a descoberto reconhecidos pela Companhia, nem sobre os efeitos sobre o resultado da equivalência patrimonial reconhecida pela Companhia. Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que suportasse a razoabilidade dos saldos relacionados ao investimento na sociedade coligada, tampouco dos possíveis efeitos (se algum) reconhecidos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras, que descrevem que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava passivo circulante em excesso ao ativo circulante, na controladora e consolidado, nos montantes de R\$ 2.975 mil e R\$ 7.383 mil, respectivamente, além de prejuízo no exercício no montante de R\$ 60.359 mil e patrimônio líquido negativo de R\$ 32.836 mil. Os planos da administração para o reestabelecimento da posição financeira da Companhia e retomada de sua lucratividade estão descritos nas referidas notas explicativas. Esses eventos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa com relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras ora apresentadas não consideram nenhum ajuste ou reclassificação como resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 25 de junho de 2025, não continha ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

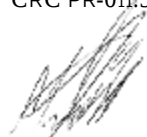
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Londrina, 18 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-011.583/F-2



Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049.038/O-9

Geo Energética Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	47	826	122	1.668
Aplicações financeiras restritas	8	802	-	935	-
Contas a receber	9	84	601	1.954	1.883
Estoques	10	-	-	1.784	1.847
Impostos a recuperar	11	662	840	4.839	5.663
Adiantamentos e outras contas receber	12	201	938	255	1.865
Ativos biológicos	13	-	5	-	363
Outros ativos	14	3	7	1.040	393
Total do ativo circulante		1.799	3.217	10.929	13.682
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	23	25.489	13.984	5.593	2.572
Impostos a recuperar	11	-	-	-	1.780
Ativos biológicos	13	753	834	753	834
Outros ativos	14	2	10	1	231
Investimentos	16	29.292	44.864	12.622	17.774
Imobilizado	17	7.505	6.322	94.991	96.754
Intangível	18	1.355	1.659	1.678	2.159
Direito de uso	19	300	109	300	109
Total do ativo não circulante		64.696	67.782	115.938	122.213
Total do ativo		66.495	70.999	126.867	135.895

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geo Energética Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante					
Fornecedores	20	2.278	647	4.671	5.102
Empréstimos e financiamentos	21	475	2.435	10.891	42.873
Obrigações fiscais	22	3	-	271	274
Obrigações sociais	-	1.909	3.184	2.370	3.687
Outras contas a pagar	12	-	13.362	-	13.362
Passivo de arrendamentos	19	109	35	109	34
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	-	14
Total do passivo circulante		4.774	19.663	18.312	65.346
Passivo não circulante					
Fornecedores	20	-	25	18	26
Empréstimos e financiamentos	21	-	156	56.024	22.455
Partes relacionadas	23	75.000	14.061	64.816	9.893
Passivo de arrendamentos	19	214	87	214	87
Provisão para passivo a descoberto	16	7.851	-	7.596	-
Provisão para contingências	24	2.597	1.982	3.828	3.060
Capital a integralizar em participação societária	16	3.730	3.730	3.730	3.730
Receitas diferidas	25	4.715	3.322	4.715	3.322
Total do passivo não circulante		94.107	23.363	140.941	42.573
Total do passivo		98.881	43.026	159.253	107.919
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	26	200.250	200.250	200.250	200.250
Prejuízos acumulados		(232.636)	(172.277)	(232.636)	(172.277)
Patrimônio líquido negativo		(32.386)	27.973	(32.386)	27.973
Participação dos não controladores					
		-	-	-	3
Total do patrimônio líquido		(32.386)	27.973	(32.386)	27.976
Total do passivo e patrimônio líquido		66.495	70.999	126.867	135.895

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geo Energética Participações S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	27	1.697	1.235	24.537	17.561
Custos da venda de energia e serviços prestados	28	(4.572)	(5.269)	(21.731)	(16.836)
(Prejuízo) Lucro bruto		(2.875)	(4.034)	2.806	725
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	28	(26.410)	(25.059)	(32.410)	(29.795)
Provisão para devedores duvidosos	28	-	(7)	-	(106)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	(366)	904	(193)	1.132
Resultado de equivalência patrimonial	16	(27.940)	(10.338)	(17.266)	(4.817)
Despesas e receitas operacionais		(54.716)	(34.500)	(49.869)	(33.586)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(57.591)	(38.534)	(47.063)	(32.861)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	29	46	94	1
Despesas financeiras	30	(2.797)	(3.416)	(12.813)	(8.980)
Resultado financeiro, líquido		(2.768)	(3.370)	(12.719)	(8.979)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(60.359)	(41.904)	(59.782)	(41.840)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	-	(577)	(64)
Prejuízo do exercício		(60.359)	(41.904)	(60.359)	(41.904)
Resultado do exercício atribuído aos					
Acionistas controladores		(60.359)	(41.904)	(60.359)	(41.904)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(60.359)	(41.904)	(60.359)	(41.904)
Prejuízo por ação		(32,97)	(22,89)	(32,97)	(22,89)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geo Energética Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(60.359)	(41.904)	(60.359)	(41.904)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(60.359)	(41.904)	(60.359)	(41.904)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geo Energética Participações S.A.

Demonstrações as mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Atribuível aos acionistas controladores			Participação dos acionistas não controladores	Total
		Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2023		114.138	(130.373)	(16.235)	3	(16.232)
Prejuízo do exercício		-	(41.904)	(41.904)	-	(41.904)
Aumento de capital		86.112	-	86.112	-	86.112
Em 31 de dezembro de 2024		200.250	(172.277)	27.973	3	27.976
Prejuízo do exercício		-	(60.359)	(60.359)	(3)	(60.362)
Em 31 de dezembro de 2025	26	200.250	(232.636)	(32.386)	-	(32.386)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geo Energética Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(60.359)	(41.904)	(60.359)	(41.904)
Ajustes por					
Depreciações e amortizações	16, 17 e 18	826	790	11.020	7.891
Equivalência patrimonial	15	27.940	10.338	17.266	4.817
Perdas estimadas de contas a receber	9	(2)	7	(16)	106
Constituição (reversão) de provisão para contingências	23	615	540	768	751
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20	111	480	6.627	4.193
Juros sobre passivo de arrendamento	18	29	21	21	21
Juros sobre outras contas a pagar	29	2.508	2.301	3.148	2.301
Prejuízo do exercício ajustado		(28.332)	(27.427)	(21.525)	(21.824)
Variação nos ativos operacionais					
Contas a receber		519	(571)	(55)	913
Estoques		-	-	63	(1.212)
Impostos a recuperar		179	(46)	2.604	602
Outros ativos		749	1.186	1.192	376
Ativo biológico		86	(839)	444	(951)
Variação nos passivos operacionais					
Fornecedores		1.606	(1.752)	(439)	(2.403)
Obrigações fiscais		3	(47)	561	(211)
Obrigações sociais		(1.275)	1.111	(1.318)	1.243
Adiantamentos e outras contas a pagar		(400)	(311)	2.272	1
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(578)	(64)
Fluxos de caixa (consumidos) nas atividades operacionais					
		(26.865)	(28.696)	(16.779)	(23.530)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições para o ativo imobilizado	16	(1.596)	(4.370)	(8.862)	(20.338)
Aquisições para o ativo intangível	17	(13)	(266)	(13)	(266)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	16	-	-	197	93
Adiantamento para futuro aumento de capital		(500)	-	(500)	-
Aquisição de participações societárias em coligadas	15	(4.017)	(6.398)	(4.017)	(6.399)
Fluxos de caixa (aplicado) nas atividades de investimentos					
		(6.126)	(11.034)	(13.195)	(26.910)

Geo Energética Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas	23	49.434	39.036	33.117	57.586
Captação de empréstimos e financiamentos	21	222	-	50.611	7.854
Recursos recebidos referente a projetos FINEP	22	1.393	1.297	1.393	1.297
Pagamento de mútuo	12	(15.471)	(2.349)	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(2.081)	(477)	(49.427)	(10.436)
Juros pagos	21	(368)	(410)	(6.224)	(8.940)
Pagamentos de arrendamentos	19	(115)	(107)	(107)	(107)
Fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamentos					
		33.014	36.990	29.363	47.254
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes no exercício					
		23	(2.740)	(611)	(3.186)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		826	3.566	1.668	4.854
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
		849	826	1.057	1.668
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes no exercício					
		23	(2.740)	(611)	(3.186)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A Geo Energética Participações S.A. (Companhia) atua como holding de participações em sociedades não financeiras, bem como na prestação de serviços de engenharia, desenvolvimento de novos projetos e realização de estudos e análises técnico-científicas no setor de energia, com foco em biogás.

A Companhia detém o controle das seguintes sociedades, cujos objetos sociais estão descritos a seguir:

GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.: A (“Empresa”) possui sede e foro no município de Tamboara, Estado do Paraná, tendo sido constituída em 02 de agosto de 2010. Seu objeto social compreende: **(i)** a operação de usina de reciclagem e compostagem para obtenção de compostos orgânicos destinados à fertilização do solo, a partir da degradação biológica de resíduos orgânicos; **(ii)** a fabricação e comercialização de adubos e fertilizantes orgânicos ou biológicos; **(iii)** a produção e comercialização de gás oriundo da decomposição biológica de matéria orgânica; **(iv)** a geração e comercialização de energia elétrica a partir de resíduos orgânicos agrossilvipastoris, por meio de processos de biodigestão e fermentação de biomassa; **(v)** a geração e comercialização de vapor; **(vi)** a fabricação e comercialização de gás carbônico; **(vii)** a participação em outras sociedades, no País ou no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, de forma majoritária ou minoritária; e **(viii)** o desenvolvimento de projetos, prestação de serviços de engenharia, gestão e operação de plantas industriais voltadas à reciclagem de resíduos.

A Empresa opera uma usina de produção de biogás e biometano por meio da biodigestão anaeróbica de resíduos provenientes de indústrias da região, tais como usinas sucroenergéticas, frigoríficos e indústrias de óleos e gelatina, entre outras. Por meio de tecnologia proprietária, a Empresa realiza a produção contínua de biogás e biometano ao longo de todo o exercício, utilizando tanto resíduos líquidos quanto sólidos em seu processo produtivo.

A unidade operacional está localizada no município de Tamboara (PR), sendo que a maior parte dos insumos utilizados é fornecida pela Coopcana, notadamente vinhaça e torta de filtro. A planta possui capacidade instalada de 10 MW para geração de energia elétrica.

No exercício de 2023, a Empresa realizou investimentos destinados à ampliação de sua capacidade de produção de biometano, atingindo o volume autorizado de 40.000 Nm³/dia junto à ANP. Tais investimentos foram concluídos no segundo semestre de 2025 e, a partir de então, a estratégia operacional da Empresa passou a ser direcionada prioritariamente à produção e comercialização de biometano.

GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.: atua na prestação de serviços técnicos especializados, incluindo pesquisas, desenvolvimento de projetos de engenharia e inovação tecnológica voltada ao setor de energias renováveis e tratamento de resíduos industriais, com sede em Londrina (PR).

GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.: constituída com o objetivo de atuar na comercialização e distribuição de biometano, com sede em Tamboara (PR).

GEO Del Sur Biogás SPE Ltda.: sociedade constituída com o propósito de implantar e operar planta de biodigestão anaeróbica para processamento de esterco oriundo de confinamento animal, bem como resíduos agroindustriais da região de Pelotas (RS).

GEO RGM Participações Ltda.: sociedade constituída para participação no capital de outras empresas e em empreendimentos comerciais e industriais, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais), integralmente detido pela GEO Energética Participações S.A.

GEO Power Grass Holding Ltda.: sociedade com objeto de participação em outras empresas e empreendimentos, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais), integralmente detido pela GEO Energética Participações S.A.

Gtech Rio Silagem Ltda.: constituída para o desenvolvimento de projetos de produção de biogás em larga escala, com utilização de biomassa própria. Possui capital social de R\$ 100,00 (cem reais), sendo integralmente controlada pela GEO Power Grass Holding Ltda.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Mitsui Gás e Energia do Brasil S.A.

Em 14 de março de 2024, a Companhia firmou contrato com a Mitsui Gás e Energia do Brasil S.A. para a constituição de uma *joint venture*, com participação societária de 50% para cada acionista, por meio da sociedade GeoMit S.A.

A *joint venture* tem como objeto o desenvolvimento de projetos de produção de biogás a partir de resíduos do setor sucroenergético, com foco na estruturação e implementação de suas operações ao longo do exercício de 2025.

Durante o exercício de 2025, a GeoMit S.A. obteve aprovação para o desenvolvimento de seu primeiro projeto. O início da fase de construção está previsto para o exercício de 2026, conforme descrito na nota de eventos subsequentes.

(b) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 24 de janeiro de 2024, foi formalizado o Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças entre a Geo Investimentos S.A., que detém participação societária na Geo Energética S.A., e a Usinas Itamarati S.A. (Uisa), parte relacionada responsável pelos aportes, estabelecendo as condições dos valores realizados a título de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), efetuados pela Uisa a partir de 1º de setembro de 2023, com a finalidade de futura capitalização.

Os aportes totalizaram R\$ 138.084 mil, sendo R\$ 38.256 mil realizados no exercício de 2023, R\$ 66.235 mil no exercício de 2024 e R\$ 33.593 mil no exercício de 2025.

No exercício de 2025, os referidos montantes foram integralmente capitalizados na Geo Investimentos S.A., sendo registrados diretamente em reservas de capital no montante de R\$ 138.084 mil.

Adicionalmente, o montante de R\$ 15.752 mil, originalmente aportado na Geo Energética S.A., foi transferido à Geo Investimentos S.A. por meio de operações com partes relacionadas, sendo igualmente registrado diretamente em reservas de capital nesta última.

1.2. Continuidade operacional, ampliação da capacidade produtiva e novo projetos

Em 31 de dezembro de 2025, a Geo Energética S.A., em seu balanço consolidado, apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 7.247 mil (R\$ 51.665 mil negativos em 31 de dezembro de 2024) e prejuízo do exercício de R\$ 60.359 mil. A redução do capital circulante líquido negativo ao longo dos exercícios reflete os esforços da Administração na reestruturação do endividamento e na recomposição da liquidez de curto prazo.

Apesar da manutenção de capital circulante líquido negativo e da geração de resultados ainda adversos, a Administração vem implementando medidas voltadas ao fortalecimento da estrutura financeira do Grupo, incluindo a renegociação de passivos e o alongamento do perfil da dívida, a liberação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como a captação de novos recursos destinados ao suporte das operações e dos investimentos. Adicionalmente, o Grupo tem avançado na consolidação de parcerias estratégicas alinhadas ao seu segmento de atuação.

Na operação

A Administração da Companhia vem executando, de forma consistente, sua estratégia de ampliação da capacidade produtiva e fortalecimento da geração de caixa, por meio da expansão das operações de biogás e biometano conduzidas por sua controlada Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., da qual detém 100% de participação.

Nesse contexto, foi aprovado, em 2022, o projeto de expansão da planta de Tamboara para produção de biometano, com início dos investimentos no mesmo exercício e conclusão no segundo semestre de 2025. Com a implementação do projeto, a unidade passou a contar com capacidade de produção de até 40.000 Nm³/dia, conforme autorização da ANP.

A expansão teve como objetivo a diversificação do portfólio de receitas, com redução da dependência da comercialização de energia elétrica e incremento da participação do biometano como principal vetor de geração de receita. A partir da conclusão do projeto, o foco operacional da Companhia passou a ser prioritariamente direcionado a esse segmento.

Em linha com essa estratégia, a Companhia celebrou contratos relevantes que já vêm contribuindo positivamente para o faturamento, destacando-se: **(i)** contrato de fornecimento de biometano para a Compagas (unidade Londrina), iniciado em dezembro de 2025, com volume de 6.000 m³/dia; e **(ii)** contrato de fornecimento para a White Martins, iniciado em julho de 2025, com volume de 1.000 m³/dia.

Adicionalmente, no início de 2026, foram firmados novos contratos de fornecimento de biogás e biometano, ampliando a base de clientes e reforçando a tendência de crescimento das receitas da Companhia (conforme descrito na nota de eventos subsequentes).

A Administração entende que a combinação entre o aumento da capacidade produtiva e a formalização de contratos de fornecimento de longo prazo contribui para maior previsibilidade de receitas e geração de caixa recorrente, fortalecendo a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros e sustentando a continuidade operacional, bem como suportando um ciclo consistente de crescimento nos próximos exercícios.

Nos investimentos

Parcela relevante dos investimentos em sua unidade produtiva Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., foi financiada por meio de operação de financiamento-ponte no montante de R\$ 43,4 milhões, contratada junto ao Banco Itaú, cujo saldo foi reduzido para R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da substituição por linhas de financiamento de longo prazo, incluindo recursos do BNDES.

Nesse contexto, houve a liberação de recursos por parte do BNDES em março de 2026, conforme descrito na nota de eventos subsequentes.

A Administração entende que as medidas adotadas, em conjunto com a expectativa de geração de caixa operacional, a potencial realização de aportes de capital, a expansão de novos negócios e a celebração de novos contratos de fornecimento de biometano, são suficientes para a recomposição do capital de giro e para assegurar a continuidade operacional do Grupo ao longo dos exercícios de 2025 e 2026.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Tais políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras contemplam todas as informações relevantes e refletem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, consistentes com aquelas utilizadas pela Administração na condução de suas atividades.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis.

As áreas que demandam maior grau de julgamento e apresentam maior complexidade, assim como aquelas em que premissas e estimativas são relevantes, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

As informações não financeiras, tais como número de empregados, capacidade instalada e outros indicadores operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 18 de maio de 2026.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes em 31 de dezembro de 2025.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir e foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, o resultado do período e o patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora são consistentes entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, considerando a adoção de práticas contábeis uniformes no processo de consolidação.

(b) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2026 os possíveis impactos, caso aplicável à Companhia.

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, ou seja, quando **(i)** está exposta ou possui direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e **(ii)** possui a capacidade de dirigir as atividades relevantes dessa investida, de modo a afetar tais retornos.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos, transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente. Adicionalmente, são adotadas políticas contábeis uniformes para assegurar a consistência das informações apresentadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico) sobre as quais a Companhia detém controle, ou seja, quando possui poder para dirigir as políticas financeiras e operacionais relevantes, está exposta ou possui direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de influenciar tais retornos. Em geral, presume-se a existência de controle quando a Companhia detém participação superior à metade dos direitos de voto (capital votante), embora outros fatores possam ser considerados nessa avaliação.

A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados na avaliação do controle.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas, conforme apresentado a seguir:

	Percentual de participação (%)	
	2025	2024
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.	99,99	99,99
GEO Operações Energias Renováveis Ltda.	99,99	99,99
GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.	99,99	99,99
GEO Del Sur Biogás SPE Ltda.	70,00	70,00
GEO RGM Participações Ltda.	100,00	-
GEO Power Grass Holding Ltda.	100,00	-
Gtech Rio Silagem Ltda.	100,00	100,00

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas com base em práticas contábeis uniformes às adotadas pela Controladora e possuem a mesma data-base de encerramento, em 31 de dezembro de 2025.

No processo de consolidação, são eliminados integralmente os investimentos da Controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, e os resultados não realizados decorrentes de transações entre as entidades do Grupo.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição, conforme disposto na Nota Explicativa nº 14.

A participação da Companhia nos resultados das investidas é reconhecida no resultado do exercício, enquanto as variações no patrimônio líquido dessas investidas são reconhecidas de forma correspondente nas demonstrações financeiras da Companhia.

A seguir, apresenta-se a síntese das coligadas e controladas em conjunto da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

	Percentual de participação (%)	
	2025	2024
Raízen GEO Biogás S.A.	7,53	7,53
Cocal Energia S.A.	2,59	5,00
Uisa Biogás S.A.	10,00	51,00
Geo Mit S.A.	50,00	50,00
Crí Geo Biogás S.A.	40,00	20,00

2.3. Conversão de moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou, quando aplicável, nas datas de mensuração dos respectivos itens.

Os ganhos e as perdas cambiais decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão, pelas taxas de câmbio de fechamento do exercício, dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado do período.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até três meses.

2.5. Instrumentos financeiros**2.5.1. Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria de mensuração ao custo amortizado.

A classificação é determinada com base no modelo de negócio adotado para a gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Dessa forma, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando são mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, que correspondem exclusivamente a pagamentos de principal e juros.

Atualmente, todos os ativos financeiros da Companhia estão classificados na categoria de custo amortizado.

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são liquidados quando os direitos de receber os fluxos de caixa tenham expirado ou tenham sido transferidos, e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

2.5.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos financeiros ao valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para aqueles classificados ao valor justo por meio do resultado, cujos custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Para ativos financeiros que contenham derivativos embutidos, a Companhia avalia o instrumento como um todo para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos e aos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada considera a existência ou não de aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia adota a abordagem simplificada, conforme permitido pelo CPC 48, reconhecendo as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos ativos desde o seu reconhecimento inicial.

2.6. Contas a receber

Os créditos a receber decorrem, substancialmente, da venda de energia e da prestação de serviços, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, ajustados a valor presente quando aplicável.

A Companhia e suas controladas registram os créditos a receber líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas (PCLD), constituída com base em estimativas da Administração quanto à recuperabilidade dos valores.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por impairment. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos, bem como custos de empréstimos relacionados a ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incorporados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Os demais gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Os custos diretamente atribuíveis às imobilizações em andamento incluem, entre outros, honorários profissionais e, quando aplicável, custos de empréstimos capitalizados, conforme a política contábil da Companhia e de suas controladas. Tais ativos são classificados nas respectivas categorias do imobilizado quando concluídos e disponíveis para uso. A depreciação é iniciada a partir do momento em que os ativos estão prontos para uso, com base no método aplicável aos demais itens do imobilizado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas e nos respectivos valores residuais.

	Anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos industriais	10
Máquinas e equipamentos de escritório	10
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Instalações	10
Veículos	5

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados prospectivamente, quando aplicável.

O valor contábil de um ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando este é inferior ao valor contábil, sendo a respectiva perda por *impairment* reconhecida imediatamente no resultado do período.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à amortização são revisados para verificação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, definido como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa independentes identificáveis (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido objeto de reconhecimento de perda por *impairment*, são revisados subsequentemente, na data de cada balanço, para avaliação de eventual reversão dessa perda.

Os ganhos e as perdas na alienação de ativos são determinados pela comparação entre o valor da contraprestação recebida e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

2.8. Intangível

(a) Marcas e patentes registradas

As marcas e patentes são reconhecidas inicialmente pelo custo histórico. Referem-se, substancialmente, a pedidos de patentes de processos desenvolvidos pela controladora, bem como a registros de marcas destinados à proteção de sua propriedade intelectual.

(b) Projetos

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no resultado do período em que são incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como ativo intangível somente quando a Companhia demonstra, cumulativamente, o atendimento das seguintes condições:

- Puder ser implementado ou vendido, pois tem viabilidade técnica nos estudos e projetos;
- Puder ser implementado ou vendido, pois existe intenção de complementar os estudos e projetos;
- Puder ser implementado ou vendido em função da existência de capacidade de fazê-lo;
- Gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Puder ser implementado ou vendido em função da disponibilidade adequada de recursos técnicos, financeiros e outros para complementar os estudos e projetos; e
- Puder ter os gastos atribuíveis mensurado com confiabilidade.

O valor inicialmente reconhecido como ativo intangível gerado internamente corresponde à soma dos gastos incorridos a partir do momento em que o ativo passa a atender aos critérios de reconhecimento acima descritos. Caso tais critérios não sejam atendidos, os gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, de forma consistente com o tratamento aplicado aos ativos intangíveis adquiridos.

Um ativo intangível é baixado por ocasião de sua alienação ou quando não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros decorrentes de seu uso ou venda.

Os ganhos ou perdas na baixa são determinados pela diferença entre o valor líquido da contraprestação recebida e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do período no momento da liquidação.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e para colocá-los em condição de uso. Esses custos são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil estimada de 10 anos.

Os gastos com manutenção de softwares são reconhecidos como despesa no resultado do período, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis à criação e aos testes de softwares identificáveis, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando atendidos os critérios de reconhecimento aplicáveis.

2.9. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar a fornecedores correspondem a obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. São classificadas como passivo circulante quando o vencimento ocorre no prazo de até 12 meses após a data do balanço; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é apropriada ao resultado ao longo do prazo das operações.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, exceto quando a Companhia possui direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos, quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no resultado do período.

2.11. Demais ativos e passivos

São registrados pelos valores de realização e de liquidação, respectivamente acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e quando o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos esperados para liquidar a obrigação, utilizando taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos da obrigação. O efeito da atualização financeira é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14. Reconhecimento da receita

A receita corresponde ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica e pela prestação de serviços de tratamento de resíduos, no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas, sendo apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com confiabilidade, for provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando os critérios específicos de cada operação forem atendidos.

(a) Venda de energia elétrica

A receita é reconhecida com base na energia gerada e medida no período, conforme apuração realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A comercialização ocorre após a apuração mensal, por meio de negociações com comercializadoras autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

(b) Prestação de serviços

A receita é reconhecida à medida da prestação dos serviços de recebimento, processamento e destinação final de resíduos orgânicos.

(c) Venda de biogás e biometano

A receita é reconhecida no momento da transferência do controle do produto ao cliente, correspondente à entrega do biogás. Os valores são determinados com base em contratos, com reajustes periódicos. (IPCA e INCTL respectivamente).

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.15. Arredondamento de valores

Os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma.

3. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 21 – Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras;

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e liquidação de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza :** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘*contracts referencing nature-dependent electricity*’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘*own use*’, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e premissas pela Administração, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros. Por sua natureza, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão descritas a seguir:

4.1. Vida útil do imobilizado

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis de seus ativos imobilizados. Essas revisões consideram aspectos técnicos relacionados ao estado de conservação dos bens, obsolescência e padrão de utilização, sendo, portanto, sujeitas a julgamento. A Administração utiliza conhecimento técnico adequado para suportar essas avaliações.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas operações e gerir seus recursos financeiros. A Administração é responsável pela gestão desses riscos, realizando o monitoramento contínuo das exposições e a avaliação de seus ativos e passivos financeiros com base em informações de mercado e metodologias apropriadas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A controlada GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda. possui operações em moeda estrangeira relacionadas à aquisição de equipamentos. Contudo, a exposição ao risco cambial não é considerada relevante em função do baixo volume dessas transações.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras. A Administração avalia esse risco como baixo, considerando que a Companhia e suas controladas estão em fase inicial de operação e mantêm suas aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia não registrou inadimplência relevante nem ultrapassou limites de crédito durante o exercício, não sendo esperadas perdas significativas.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado por meio do monitoramento contínuo das projeções de fluxo de caixa e da manutenção de níveis adequados de caixa e linhas de crédito disponíveis, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações financeiras.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros em função de aplicações financeiras indexadas ao CDI e financiamentos atrelados à TJLP.

Atualmente, não há contratação de instrumentos derivativos para proteção (hedge) dessas exposições.

A Administração monitora continuamente as condições de mercado, avaliando a eventual necessidade de adoção de instrumentos de proteção. A opção por taxas flutuantes reflete, entre outros fatores, o custo elevado de contratação de taxas prefixadas no cenário econômico atual.

5.2. Gestão de capital

A Companhia tem como objetivo manter uma estrutura de capital adequada que assegure a continuidade de suas operações, ao mesmo tempo em que maximize o retorno aos acionistas e equilibre o custo de capital.

Para fins de gestão de capital, a Companhia monitora sua estrutura de capital e pode, quando aplicável, realizar aportes ou devoluções de capital, bem como emitir instrumentos de dívida ou de patrimônio. O acompanhamento é realizado por meio do índice de alavancagem financeira, calculado pela relação entre a dívida líquida e o capital total.

Em 2024, o patrimônio líquido positivo, ainda que em montante reduzido, compôs a base de cálculo do capital total. Em 2025, o patrimônio líquido negativo impactou essa base, influenciando o índice de alavancagem financeira.

A variação do índice de alavancagem financeira, de 178% em 2024 para 68% em 2025, reflete a alteração na base de cálculo do capital total, bem como a variação no nível de endividamento líquido no período.

A Administração monitora continuamente a estrutura de capital.

	Consolidado	
	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos	66.915	65.328
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 8)	(1.057)	(1.668)
Dívida líquida (Nota Explicativa nº 20)	65.858	63.660
Total do patrimônio líquido	(32.386)	27.973

	Consolidado	
	2025	2024
Índice de alavancagem financeira sobre o patrimônio líquido - %	303%	227%

6. Estimativa do valor justo

A Administração entende que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, tais como contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, líquidos de provisão para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, aproximam-se de seus respectivos valores justos, em razão de sua natureza de curto prazo.

7. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2025	2023	2025	2024
Ativo, conforme o balanço patrimonial				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas (Nota Explicativa nº 8)	849	826	1.057	1.668
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 22)	25.489	13.984	5.593	2.572
Contas a receber (Nota Explicativa nº 9)	84	601	1.954	1.883
Total	26.422	15.411	8.604	6.123
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Custo amortizado:				
Fornecedores (Nota Explicativa nº 19)	2.278	672	4.689	5.128
Capital a integralizar em participação societária (Nota Explicativa nº 15)	3.730	3.730	3.730	3.730
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 22)	75.000	14.061	64.816	9.893
Outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 11)	-	13.362	-	13.362
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 20)	475	2.591	66.915	65.328
Passivos de arrendamento (Nota Explicativa nº 18)	323	122	323	121
Total	81.806	34.538	140.473	97.562

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas

Compreendem os valores em caixa, depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2025
Caixa	-	-	-	-
Banco conta movimento	47	136	122	836
Aplicações financeiras	802	690	935	832
Total	849	826	1.057	1.668

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras incluem rendimentos auferidos a taxas de juros que variam de 95% a 100% (95% a 100% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com cláusula de resgate imediato, sem prejuízo da remuneração auferida até a data do resgate.

Aplicações financeiras restritas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2023	2025	2024
Aplicações em CDB (i)	802	-	935	-
Total	802	-	935	-

(i) Montante referente a recursos dados em garantia para operações de financiamento com restrição de resgate até ter aditivo ou vencimento de contrato/parcela, com taxa média de rendimento no ano de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025.

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Faturas a receber	89	608	2.222	2.245
Ajuste referente a energia faturada (i)	-	-	-	(78)
Perdas estimadas	(5)	(7)	(268)	(284)
Total	84	601	1.954	1.883

As faturas a receber representam valores a receber pela prestação de serviços de recebimento, processamento e destinação final de resíduos orgânicos e serviços de engenharia. Os créditos provenientes de energia a receber se devem pelo reconhecimento da receita de energia elétrica gerada e mensurada com base no preço de liquidação das diferenças (PLD) fixado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(i) Trata-se da diferença entre a garantia física de energia elétrica faturada e a produção efetiva a pagar para a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	81	604	1.454	1.769
Vencido até 30 dias	-	-	390	169
Vencido entre 31 e 60 dias	-	-	64	-
Vencido entre 61 e 90 dias	4	-	21	113
Vencido entre 91 e 180 dias	-	-	86	-
Vencido entre 181 e 360 dias	4	4	24	18
Vencido acima de 361 dias	-	-	183	176
Total	89	608	2.222	2.245

A seguir, movimentação das perdas estimadas de créditos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(7)	-	(284)	(185)
Baixa para perda	-	-	-	7
Reversão (provisão) de perdas estimadas	2	(7)	16	(106)
Saldo final	(5)	(7)	(268)	(284)

10. Estoques

	2025	2024
Biogás	-	260
Almoxarifado	1.784	1.587
Total	1.784	1.847

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS e Cofins (i)	7	47	217	1.947
ICMS a recuperar (ii)	123	116	3.029	3.667
Imposto de renda (iii)	364	529	718	893
IRPJ/CSLL	1	1	535	535
Outros Impostos a Recuperar	167	147	340	401
Total	662	840	4.839	7.443
Circulante	662	840	4.839	5.663
Não circulante	-	-	-	1.780
Total	662	840	4.839	7.443

(i) Os valores de PIS e Cofins referem-se a créditos tomados sobre custos de produção para o desenvolvimento das atividades da usina recicladora de resíduos da cana-de-açúcar e aquisição de ativo imobilizado. Os valores classificados no não circulante devem-se ao prazo esperado pela administração para a sua recuperação.

(ii) Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos de impostos sobre aquisição de ativo imobilizado e insumos utilizados no processo produtivo.

(iii) Os valores de crédito de Imposto de Renda referem-se a imposto sobre a renda retido na fonte (IRRF) sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

12. Adiantamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos e outras contas a receber				
Adiantamentos para fornecedores	139	358	193	1.186
Outros adiantamentos	62	580	62	679
Total	201	938	255	1.865
Outras contas a pagar				
Usinas Itamarati S.A. (i)	-	13.362	-	13.362
Total	-	13.362	-	13.362

(i) Em Assembleia Geral realizada em 31 de outubro de 2025, a Companhia aprovou o aumento de capital social da Geo Investimentos, mediante a capitalização de créditos detidos por partes relacionadas, no montante de R\$ 15.852 mil (R\$ 13.362 mil em 31 de dezembro de 2024) originalmente registrados na Geo Energética como adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

A operação foi formalizada por meio da emissão de ações preferenciais resgatáveis, classes B e C, conforme as características estabelecidas no Estatuto Social, as quais foram atribuídas ao acionista NET ZERO NOW FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGICA, conforme detalhado no Anexo II da respectiva ata.

Ressalta-se que a operação não implicou ingresso de novos recursos financeiros, caracterizando-se, substancialmente, como uma reclassificação de valores anteriormente registrados na Geo Energética para o patrimônio líquido da Geo Investimentos, nas rubricas de reserva de capital.

13. Ativos biológicos

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2024	839
Adições	-
Consumo	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	753

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.197
Adições	-
Consumo	(444)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	753

A Companhia possui projetos para produção de biogás através da utilização de Sorgo, Capiáu e Cana Energia como matéria-prima, as quais serão utilizadas nos biodigestores da Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., em Tamboara-PR. O ativo biológico, em 31 de dezembro de 2025, é mensurado pelo método do custo, considerando que se trata de despesas iniciais com preparação do solo, não havendo métodos confiáveis de mensuração pelo valor justo.

14. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2023	2025	2024
Seguros a apropriar	3	7	174	166
Avais e fianças (i)	-	-	866	455
Outros	2	10	1	3
Total	5	17	1.041	624

Circulante	3	7	1.040	393
Não circulante	2	10	1	231
Total	5	17	1.041	624

(i) Refere-se à fiança bancária contratada pela Companhia com a finalidade de garantir a captação de recursos junto ao BNDES, aprovada em novembro de 2024.

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de impostos diferidos e contribuição social diferidos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Em virtude de não haver expectativa de realização dos referidos tributos, a Companhia não registrou os saldos de impostos diferidos e contribuição social diferidos apurados em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 36.382 mil (R\$ 35.489 mil em 31 de dezembro de 2024), em razão de não possuir histórico de base tributável e perspectiva de curto prazo para a compensação dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais apresentados.

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes dos impostos	(59.331)	(41.904)	(58.753)	(41.840)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	20.172	14.247	19.976	14.226
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(26.912)	(10.338)	(16.237)	(4.817)
Imposto diferido não constituído	(29.322)	(17.762)	(25.497)	(15.864)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	(578)	(64)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0%	0%	0.75%	0.15%

16. Investimentos e provisão para passivo a descoberto

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.	6.616	20.481	-	-
Uisa GEO Biogás S.A. (i)	3.957	3.613	3.957	3.613
Raízen-GEO Biogás S.A. (ii)	-	3.923	-	3.923
Cocal Energia S.A. (iii)	2.661	2.579	2.661	2.579
GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.	-	535	-	-
Geo Del Sur Biogás SPE Ltda. (v)	140	140	140	140
GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.	10.054	6.073	-	-
GEO Mit (vi)	5.364	4.966	5.364	4.966
CRI GEO (S.A.) (iv)	-	2.554	-	2.553
AFAC	500	-	500	-
Total	29.292	44.864	12.622	17.774

Provisão para passivo a descoberto	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Raízen-GEO Biogás S.A. (ii)	(4.279)	-	(4.279)	-
GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.	(255)	-	-	-
CRI GEO (S.A.) (iv)	(3.317)	-	(3.317)	-
Total	(7.851)	-	(7.596)	-

(i) Trata-se de uma joint venture criada através da Uisa GEO Biogás S.A. entre Geo Energética Participações S.A., “Geo Energética”, e a Usinas Itamarati S.A. através do acordo de acionistas celebrado em abril de 2022. O objetivo dessa joint venture é a construção de uma planta industrial para a produção e comercialização de energia elétrica com potência de 5 MWh e capacidade de geração de biometano até 11,4 M Nm³. A Geo Energética adquiriu 51% da participação equivalente a 510 mil ações ordinárias no montante de R\$ 510 mil. Em abril de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Uisa Geo Biogás S.A. em R\$ 40.000 mil.

Em 08 de agosto de 2024 foi assinado o 1o aditamento ao acordo de investimentos e de acionistas entre a Geo Energética Part. S.A. (“Geo”) e a Usinas Itamarati S.A. (“Uisa”), no qual a Geo transfere a Uisa 16.810.000 ações não integralizadas, pelo preço bruto e total de R\$1,00 (um real), que foram totalmente integralizados pela Uisa por meio da capitalização dos créditos decorrentes de AFACs.

Com o exposto, a Geo passa dos 51% para 10% de participação na joint venture, representados por 4.100.000 ações, das quais 3.590.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, remanesçam pendentes de integralização pela Geo. A Geo Energética Part. S.A. detém, com o acordo, a opção de recompra das ações até atingir 40% de participação na investida.

(ii) Trata-se de investimento em participação societária relacionado a 7,53% do capital social da Raízen-GEO Biogás S/A, a qual irá desenvolver suas atividades de geração de energia e biometano com utilização de resíduos da indústria sucroalcooleira, com potência elétrica instalada de 21MW (não auditado) em sua unidade operacional (Raízen Geo Biogas – Bonfim) e capacidade de produção de biometano de até 25.5M Nm³ (não auditado) em sua nova planta (em construção) na cidade de Piracicaba – SP.

(iii) Trata-se de investimento em participação societária relacionado a 2,59% do capital social da Cocal-GEO Biogás S.A. (“Cocal-GEO”), a qual investiu em uma planta voltada às atividades de geração de energia com utilização de resíduos da indústria sucroalcooleira, com potência elétrica instalada de 5 MW (não auditado) e capacidade de geração anual de um volume de biometano de aproximadamente 8,9M Nm³ (não auditado).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Trata-se de investimento em participação societária relacionado a 40% do capital social da Cri Geo Biogás S.A. ("Cri Geo"), empresa que atua na construção de uma unidade de geração de Biogás, com potência elétrica instalada de 1,4 MW (não revisado) e capacidade de geração de um volume de biometano de aproximadamente 5,1MM Nm³ (não revisado), adquirida mediante acordo de acionistas entre a Companhia e a Crivellaro Participações Ltda.

(v) Em 28 de julho de 2022 foi constituída a empresa Geo Del Sur Biogás SPE Ltda., uma Joint Venture entre Geo Energética Participações S/A e a Del Sur Biogás Ltda., empresa fundada no Rio Grande do Sul focada na criação de bovinos confinados. A empresa construirá uma planta para biodigestão do esterco gerado no confinamento, além de receber resíduos agroindustriais da região de Pelotas (RS). O capital social da Sociedade é de R\$ 200 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, das quais a Companhia detém 70% de participação, equivalentes a R\$ 140 (cento e quarenta mil reais), correspondentes a 140.000 (cento e quarenta mil) cotas a integralizar.

(vi) Em 24 de maio de 2023 foi constituída a Geo Mit Participações S.A. para operar como uma Holding de instituições não financeiras tendo registrado R\$ 10.000 mil de capital social, dos quais a Geo Energética Participações S.A. detém 50% de participação acionária.

SalDOS negativos, quando existentes, decorrem de prejuízos das investidas superiores ao valor dos investimentos.

Informações das investidas

	Patrimônio		% de		
	Ativos	Passivos	Líquido	Resultado	participação
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.	99.118	92.500	6.618	(13.866)	99,99 Controlada
GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.	11.089	899	10.190	(4.116)	99,99 Controlada
GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.	2.663	3.946	(1.283)	(791)	99,99 Controlada
Uisa GEO Biogás S.A.	39.865	215	39.650	2	10,00 Coligada
Raízen-GEO Biogás S.A.	671.201	728.012	(56.811)	(108.899)	7,53 Coligada
Cocal Energia S.A	200.411	97.727	102.684	1.714	2,59 Coligada
Geo Del Sur Biogás SPE Ltda.	-	-	-	-	70,00 Coligada
GEO Mit	10.776	48	10.728	(3.003)	50,00 Coligada
CRI GEO (S.A.)	94.477	102.770	(8.293)	(17.351)	40,00 Coligada
Total	1.129.600	1.026.117	103.483	(146.310)	

A movimentação dos investimentos pode ser composta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	44.864	65.614	17.774	33.003
Aquisição de participações societárias pagas	4.017	6.399	4.017	6.399
Rearranjo societário (i)	-	(16.811)	-	(16.811)
Equivalência Patrimonial	(27.940)	(10.338)	(17.266)	(4.817)
AFAC	500	-	500	-
Saldo final	21.441	44.864	5.025	17.774

(i) Em 08 de agosto de 2024 foi assinado o 1º aditamento ao acordo de investimentos e de acionistas entre a Geo Energética Part. S.A. ("Geo") e a Usinas Itamarati S.A. ("Uisa"), no qual a Geo transfere a Uisa 16.811.000 ações não integralizadas, pelo preço bruto e total de R\$ 1,00 (um real), que foram totalmente integralizados pela Uisa por meio da capitalização dos créditos decorrentes de AFACs. Essa transação não afetou o fluxo de caixa da Companhia.

17. imobilizado

Controladora

Descrição	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos escritório	Máquinas e equipamentos industriais	Móveis, utensílios e ferramentas	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	839	1.903	350	198	260	57	731	4.338
Adições	-	-	-	-	-	-	4.370	4.370
Transferências	-	-	132	270	-	-	(402)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	839	1.903	482	468	260	57	4699	8.708
Adições	-	-	-	-	-	-	1.596	1.596
Transferências	116	-	48	-	13	-	(177)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	955	1.903	530	468	273	57	6.118	10.304
Depreciação acumulada:								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(170)	(1.221)	(246)	(124)	(185)	(40)	-	(1.986)
Depreciação do exercício	(193)	(103)	(27)	(51)	(15)	(11)	-	(400)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(363)	(1.324)	(273)	(175)	(200)	(51)	-	(2.386)
Depreciação do exercício	(223)	(112)	(25)	(34)	(13)	(6)	-	(413)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(586)	(1.436)	(298)	(209)	(213)	(57)	-	(2.799)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	476	579	209	293	60	6	4.699	6.322
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	369	467	232	259	60	-	6.118	7.505
Taxas médias anuais de depreciação em %	4%	4%	10%	25%	10%	20%	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Descrição	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos escritório	Máquinas e equipamentos industriais	Móveis, utensílios e ferramentas	Veículos	Imobilizado em Andamento (i)	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120	5.009	73.854	954	2.061	475	134	40.983	123.590
Adições	-	-	1.716	-	-	-	-	22.510	24.226
Transferências	-	-	45.529	132	-	-	-	(45.661)	-
Baixas	-	-	-	-	(93)	-	-	-	(93)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	120	5.009	121.099	1.086	1.968	475	134	17.832	147.723
Adições	-	-	-	-	-	-	-	8.862	8.862
Transferências	-	576	6.315	55	678	84	-	(7.708)	-
Baixas	-	-	(197)	-	(341)	-	-	-	(538)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	120	5.585	127.217	1.141	2.305	559	134	18.986	156.047
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.344)	(40.093)	(397)	(1.391)	(342)	(77)	-	(43.644)
Depreciação do exercício	-	(538)	(6.600)	(99)	(50)	(27)	(11)	-	(7.325)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.882)	(46.693)	(496)	(1.441)	(369)	(88)	-	(50.969)
Depreciação do exercício	-	(362)	(9.446)	(121)	(462)	(26)	(11)	-	(10.428)
Baixas	-	-	-	-	341	-	-	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(2.244)	(56.139)	(617)	(1.562)	(395)	(99)	-	(61.056)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	120	3.127	74.406	590	527	106	46	17.832	96.754
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	120	3.341	71.078	524	743	164	35	18.986	94.991
Taxas médias anuais de depreciação em %		4%	4%	10%	25%	10%	20%	-	

Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

Teste de *Impairment*

Para fins de teste do valor recuperável, o método utilizado foi avaliar o valor em uso dos ativos, através do método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo, foram consideradas as seguintes premissas:

- Considerado o período de 10 anos de projeção de fluxo;
- Taxa de crescimento pela inflação de longo prazo;
- Taxa de desconto de 12,34% a.a., considerando parâmetros de longo prazo, como o IPCA e taxa básica de juros.

O teste de *impairment* não resultou em registro em provisão por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

18. Intangível

	Controladora			Total
	Software e Licenças	Marcas e Patentes	Projeto Biogás (i)	
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	734	122	1.516	2.372
Adições	266	-	-	266
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000	122	1.516	2.638
Transferências	-	13	-	13
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.000	135	1.516	2.651
Amortização:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(193)	-	(483)	(676)
Amortização do período	(151)	-	(152)	(303)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(344)	-	(635)	(979)
Amortização do período	(168)	-	(149)	(317)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(512)	-	(784)	(1.296)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	656	122	881	1.659
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	488	135	732	1.355
Taxas médias anuais de amortização em %	20%		10%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Software e Licenças	Marcas e Patentes	Projeto Biogás (i)	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	122	1.516	3.281
Adições	266	-	-	266
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.909	122	1.516	3.547
Transferências	-	13	-	13
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.909	135	1.516	3.560
Amortização				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(429)	-	(480)	(909)
Amortização do período	(327)	-	(152)	(479)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(756)	-	(632)	(1.388)
Amortização do período	(342)	-	(152)	(494)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.098)	-	(784)	(1.882)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.153	122	884	2.159
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	811	135	732	1.678
Taxas médias anuais de amortização em %	20%		10%	

(i) Estudo do processo de biodigestão de biomassa de vinhaça e torta de filtro.

19. Direito de uso e passivo de arrendamento**(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial**

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Ativo de direito de uso		
Terrenos	210	104
Edificações	90	5
Total ativo de direito de uso	300	109
Passivo de arrendamento	2025	2024
Circulante	109	35
Não circulante	214	87
Total passivo de arrendamento	323	122

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído nas despesas)		
Terrenos	30	30
Edificações	57	57
Encargo com juros pela atualização do passivo de arrendamento (incluído nas despesas financeiras)		
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	21	22
Outras despesas		
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	108	109
Despesas relacionadas a arrendamentos de ativos de baixo valor que não foram incluídas acima como arrendamentos de curto prazo	93	93
Total	201	202

O arrendamento da Companhia é composto pelo aluguel de dois imóveis para uso do setor administrativo.

A Companhia apresenta, no quadro adiante, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento.

Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Vencimento das prestações		
Menos de 1 ano	101	65
Entre 1 e 2 anos	196	69
Entre 2 e 5 anos	57	18
Juros embutidos	(30)	(30)
Saldo dos passivos de arrendamento	324	122

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	109	730
Adição por novos contratos	312	-
Baixas	(23)	(534)
Amortização	(98)	(87)
Saldo final	300	109

Passivos de arrendamento

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	122	787
Adição por novos contratos	288	-
Pagamentos	(115)	(107)
Baixas	-	(579)
Juros	29	21
Saldo final	324	122

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de ativo imobilizado	-	-	1.522	4.136
Fornecedores diversos	2.278	672	3.167	992
Total	2.278	672	4.689	5.128
Circulante	2.278	647	4.671	5.102
Não circulante	-	25	18	26
Total	2.278	672	4.689	5.128

A totalidade das contas a pagar refere-se a fornecedores nacionais e possuem prazos médios de pagamento entre 15 e 30 dias.

21. Empréstimos e financiamentos

	Encargos médios ao ano	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
BNDES	7,53% a.a.	-	-	30.545	-
BNDES	2,55% a.a.	-	-	15.666	13.510
BNDES	IPCA + 7,10% a.a.	-	-	6.286	6.285
Itaú CCB	CDI + 4,25% a.a.	-	-	3.744	38.881
BNDES	IPCA + 8,61% a.a.	-	-	3.620	-
CCB Santander	CDI + 5,34% a.a.	-	2.132	3.549	-
CCB Santander	1,37% a.a.	-	-	1.170	1.201
Bradesco Finame	4,11 % a.a.	-	-	547	-
Santander Energia	4,11 % a.a.	-	-	-	366
Finame BRP (Carretas)	Selic +4,15% a.a.	-	-	1.032	1.750
MAT Equipamentos	1,57% a.a.	-	-	280	745
CCB Santander	CDI + 6,7% a.a.	-	-	-	2.131
Financiamento ICP Thermo Fischer	CDI + 6,7267%	234	364	234	364
Outros empréstimos		241	95	242	95
Total		475	2.591	66.915	65.328
Circulante		475	2.435	10.891	42.873
Não circulante		-	156	56.024	22.455
Total		475	2.591	66.915	65.328

Em 2025, foram liberados R\$ 36.008 mil pelo BNDES, recursos que foram utilizados para a quitação substancial do empréstimo ponte junto ao Itaú, resultando no alongamento do perfil da dívida da Companhia. Essa operação evidencia o esforço da Administração em melhorar a estrutura de capital, com foco na extensão de prazos e na otimização do perfil de endividamento.

No período, também foram realizadas novas captações, incluindo: (i) R\$ 3.000 mil junto ao Banco Santander, à taxa de CDI + 5,34% a.a., bem como a liquidação de R\$ 2.132 mil com a mesma instituição, à taxa de CDI + 5,37% a.a.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos garantidos por alienação de bens totalizavam R\$ 59.861 mil (R\$ 38.881 mil em 31 de dezembro de 2024), referente ao financiamento junto ao BNDES.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	2.998	68.100
Captações	-	7.854
Pagamentos de principal	(477)	(10.436)
Provisão de juros	480	8.750
Pagamentos de juros	(410)	(8.940)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	2.591	65.328
Captações	222	50.611
Pagamentos de principal	(2.081)	(49.427)
Provisão de juros	111	6.627
Pagamentos de juros	(368)	(6.224)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	475	66.915

Os montantes do passivo circulante e não circulante apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	475	2.435	10.891	42.873
2027 (+)	-	156	56.024	22.455
Total	475	2.591	66.915	65.328

22. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cofins a recolher	-	-	43	22
PIS a recolher	-	-	9	5
ICMS a recolher	-	-	106	191
IRRF a recolher	-	-	9	33
Imposto de renda e CSLL	-	-	-	14
Outras obrigações fiscais	3	-	104	9
Total	3	-	271	274

23. Transações com partes relacionadas

As transações entre empresas do Grupo mantidas na Controladora podem ser resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas				
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia SPE	21.292	12.250	-	-
GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.	2.628	1.082	-	-
Geo Operações	242	-	-	-
GTech Ltda.	152	152	4.375	2.029
Cri Geo Biogás S.A.	-	500	-	500
GEO Investimentos e Participações Ltda.	1.175	-	1.218	43
Total	25.489	13.984	5.593	2.572
Passivo não circulante				
Contas a pagar a partes relacionadas				
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.	2.278	-	-	-
GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.	7.906	4.168	-	-
GEO Investimentos e Participações Ltda.	64.816	9.893	64.816	9.893
Total	75.000	14.061	64.816	9.893

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber referem-se a transações na natureza de mútuo entre controladora e sua controlada GEO Energética e Participações S.A., os valores não possuem encargos financeiros e prazo de vencimento.

A Companhia não faz remuneração aos seus dirigentes os quais também são acionistas em virtude de prejuízos recorrentes.

A seguir, quadro de movimentação entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	(77)
Captações	(60.939)
Pagamentos	11.505
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(49.511)

	Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	(7.731)
Captações	(54.861)
Pagamentos	3.369
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(59.223)

24. Provisão para contingências

A Empresa efetua provisões para contingência referente à riscos de natureza tributária nos quais há probabilidade de perda provável, conforme opinião da Administração consubstanciada por seus consultores jurídicos, abrangendo demandas de natureza tributárias e trabalhista.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para contingências	2.597	1.982	3.828	3.060

Com base nas avaliações de probabilidade de perda conduzidas pelos assessores jurídicos externos da Companhia, as ações judiciais classificadas como perda possível totalizavam R\$ 218 mil em 31 de dezembro de 2025, abrangendo demandas de natureza trabalhistas.

25. Receitas diferidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Projeto FINEP – SAF (i)	1.543	1.529	1.543	1.529
Projeto FINEP – Pré-Tratamento (ii)	3.002	1.606	3.002	1.606
Projeto FINEP – Tecnova (iii)	170	187	170	187
Total	4.715	3.322	4.715	3.322

(i) Refere-se à aprovação no edital da Finep denominado “Combustíveis do Futuro”, que contempla testes laboratoriais, desenvolvimento de engenharia e implantação de unidade de demonstração tecnológica para produção de combustível sustentável de aviação (SAF). O projeto prevê aporte de recursos pela Finep no montante de R\$ 7.473 mil, com contrapartida da Companhia de R\$ 4.032 mil.

O prazo de execução é de 36 meses, a partir da assinatura do contrato em 04 de julho de 2023. Os recursos devem ser mantidos em conta bancária específica e utilizados exclusivamente no projeto, com prestação de contas ao final, no prazo de até 60 dias após o término da vigência. Eventuais saldos não utilizados devem ser devolvidos em até 30 dias.

À medida que utilizados, os recursos são registrados no imobilizado em andamento até a conclusão do projeto, sendo a receita diferida apropriada ao resultado conforme a depreciação dos ativos correspondentes.

(ii) Refere-se à aprovação em edital da Finep para projeto de pré-tratamento de biomassas lignocelulósicas para produção de biogás. O projeto prevê aporte de R\$ 2.999 mil pela Finep, com contrapartida da Companhia de R\$ 1.005 mil.

O prazo de execução é de 36 meses, a partir da assinatura em 07 de julho de 2023, com implantação de unidade demonstrativa em Tamboara – PR. Os recursos devem ser mantidos em conta específica, com prestação de contas periódica e final em até 60 dias após o encerramento do contrato. Saldos não utilizados devem ser devolvidos em até 30 dias.

Os valores aplicados são registrados no imobilizado em andamento, sendo a receita diferida reconhecida no resultado conforme a depreciação dos ativos relacionados.

(iii) Refere-se à aprovação no edital Tecnova II, operacionalizado pela Fundação Araucária, para desenvolvimento de biodigestor voltado à biodigestão de materiais lignocelulósicos. O projeto prevê recursos de R\$ 185 mil, com contrapartida mínima da Companhia de 5% do valor aprovado.

O prazo de execução é de 24 meses, a partir da assinatura em 02 de junho de 2022. A Companhia deve executar o projeto conforme plano aprovado e manter os recursos destinados ao projeto para sua adequada aplicação.

Os valores aplicados são registrados no imobilizado em andamento, sendo a receita diferida apropriada ao resultado conforme a depreciação dos ativos correspondentes.

26. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 200.250 mil, representado por 1.831 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2025	2024
GEO Investimentos e Participações S.A.	200.250	199.291
INNIO Jenbacher GmbH & Co OG	-	959
Total	200.250	200.250

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1.000.000 (um milhão) de ações para 1 (uma) ação, sem alteração do valor do capital social.

Em decorrência do grupamento, o capital social passou a ser representado por 1.831 ações ordinárias. Eventuais frações de ações resultantes do processo foram tratadas conforme deliberado na referida assembleia.

27. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de venda de energia e serviços				
Receita com venda de energia	-	-	2.240	2.553
Receita com venda de biogás (i)	-	-	12.545	11.537
Receita de prestação de serviços (i)	1.952	1.329	14.230	7.380
Total	1.952	1.329	29.015	21.470
Impostos incidentes				
Impostos incidentes sobre venda de energia	-	-	(338)	(317)
Impostos incidentes sobre venda de biogás	-	-	(2.310)	(2.251)
Deduções da venda de energia	-	-	(162)	(467)
Impostos incidentes sobre prestação de serviços	(255)	(94)	(1.668)	(874)
Total	(255)	(94)	(4.478)	(3.909)
Receita operacional líquida	1.697	1.235	24.537	17.561

(i) Em 2025, a Companhia registrou aumento na receita, em comparação ao período anterior, impulsionado, principalmente, pelo incremento na comercialização de biogás e biometano, bem como pela ampliação das atividades operacionais.

No que se refere à receita de prestação de serviços, a variação é explicada, substancialmente, pelo crescimento na receita de gestão de resíduos, no montante de R\$ 1.000 mil. Adicionalmente, observa-se incremento na receita de projetos, no total de R\$ 6.850 mil, composto por R\$ 2.500 mil referentes ao projeto Açú, (Gtech); R\$ 3.740 mil relacionados ao projeto CMAA e R\$ 610 mil provenientes de outros projetos.

28. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal (i)	(21.018)	(17.391)	(24.672)	(21.052)
Serviços profissionais contratados	(4.201)	(5.906)	(7.752)	(8.149)
Viagens	(1.861)	(2.695)	(2.135)	(2.728)
Aluguéis	(1.022)	(759)	(1.531)	(850)
Depreciação/amortização	(831)	(790)	(12.121)	(7.891)
Material de consumo	(1.450)	(1.644)	(4.493)	(4.174)
Provisão para devedores duvidosos	-	(7)	-	(106)
Outros	(599)	(1.143)	(1.437)	(1.787)
Total	(30.982)	(30.335)	(54.141)	(46.737)
Classificadas como				
Custos da venda de energia	(4.572)	(5.269)	(21.731)	(16.836)
Gerais e administrativas	(26.410)	(25.059)	(32.410)	(29.795)
Provisão para devedores duvidosos	-	(7)	-	(106)
Total	(30.982)	(30.335)	(54.141)	(46.737)

(i) No exercício de 2025, a variação nas despesas com pessoal decorre, principalmente, de reestruturações organizacionais realizadas no período. No primeiro semestre, houve aumento do quadro de colaboradores, incluindo posições operacionais e de gestão, com impacto incremental nas despesas.

A partir de agosto de 2025, a Companhia implementou medidas de racionalização da estrutura, incluindo a redução do quadro de pessoal, com expectativa de redução gradual dessas despesas nos períodos subsequentes.

29. Outras receitas e despesas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para contingências	(39)	(540)	(192)	(751)
Impostos e taxas	(74)	(25)	(137)	(271)
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	210	60
Reembolso de despesas	534	1.547	794	1.572
Outras receitas e despesas	(787)	(78)	(868)	522
Total	(366)	904	(193)	1.132

30. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2024	2024
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	29	46	94	1
Total	29	46	94	1
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuos e outras contas a pagar	(2.509)	(2.392)	(3.265)	(2.418)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(113)	(480)	(6.097)	(4.193)
Fianças e garantias bancárias	-	(9)	(2.038)	(720)
Juros sobre arrendamento	(35)	(21)	(35)	(21)
Impostos e taxas com operações financeiras	-	-	(113)	(594)
Juros e multas tributárias	(73)	(300)	-	-
Despesas com avais	-	-	-	(265)
Outras despesas financeiras	(67)	(214)	(1.265)	(769)
Total	(2.797)	(3.416)	(12.813)	(8.980)
Despesas financeiras, líquidas	(2.768)	(3.370)	(12.719)	(8.979)

31. Eventos subsequentes

Financiamento BNDES

Em março de 2026, ocorreu a liberação da última parcela do financiamento firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 3.761 mil, sendo R\$ 3.364 mil referentes ao Subcrédito “A” e R\$ 397 mil ao Subcrédito “B”. Os recursos foram integralmente destinados à liquidação de empréstimo ponte junto ao Itaú Unibanco, eliminando exposição a passivos de curto prazo anteriormente contratados em condições menos favoráveis e contribuindo de forma direta para o alongamento do perfil da dívida e a redução de riscos de liquidez.

Reiter Transportes

A Companhia renovou o contrato de fornecimento de biogás com a Reiter Transportes, com prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contemplando volume contratado de 288.000 m³ mensais, com potencial de expansão para até 450.000 m³ mensais.

A renovação do contrato contribui para maior previsibilidade das receitas e está refletida nas projeções operacionais da Companhia para os próximos períodos.

RenovaBio

No mês de março de 2026, a Geo Elétrica Tamboara concluiu a auditoria no âmbito do programa RenovaBio. O processo encontra-se em fase de validação técnica por entidade independente, etapa prévia à submissão para consulta pública e posterior avaliação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Com base nas informações disponíveis e no estágio atual do processo, a Administração estima que a certificação seja obtida no segundo semestre de 2026. A obtenção da certificação permitirá a geração de créditos de descarbonização (CBIOS) e viabiliza a emissão de certificados de garantia de origem de biometano (CGOBs), ampliando o escopo operacional da Companhia e com potencial de contribuição para suas receitas futuras.

Com os CBIOS e a negociação do CGOB, haverá uma valorização de preço da molécula, considerando o atributo ambiental, seja via negociação isolada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia Paranaense de Gás - Compagas

Adicionalmente, em março de 2026, a Companhia, por meio da Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., iniciou a comercialização de biometano para a Companhia Paranaense de Gás, com fornecimento destinado à unidade de Maringá (PR), com volume inicial de 1.300 m³/dia.

A operação representa a expansão das atividades comerciais da Companhia, contribuindo para a geração de receitas e sendo considerada nas projeções operacionais para períodos futuros.

Os eventos subsequentes acima descritos refletem a implementação de medidas voltadas ao reequilíbrio financeiro e operacional da Companhia. A liquidação de passivos de curto prazo, aliada ao alongamento do perfil da dívida e à entrada em operação de novos contratos comerciais, contribui para a melhoria da estrutura de capital, o fortalecimento da posição de liquidez e maior previsibilidade dos fluxos de caixa.

Nesse contexto, a Administração entende que tais fatores suportam as projeções operacionais e financeiras da Companhia, bem como o pressuposto de continuidade operacional, com base nas estimativas de geração de caixa e nas medidas implementadas até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Aspectos econômico-financeiros

A Empresa apresentou o seguinte resultado operacional em 31 de março de 2026 (informação não auditada):

	31/03/2026 Consolidado (Não auditado)
Receita líquida	1.897
Custos das vendas de energia e serviços prestados	(1.596)
Lucro bruto	301
Despesas gerais e administrativas	(3.179)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.696
Resultado de equivalência patrimonial	1.527
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	2.345
Resultado financeiro, líquido	(1.007)
IRPJ e CSLL	(21)
Lucro do período	1.317

* * *